



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA AGRÁRIA DA AMAZÔNIA  
CONTEMPORÂNEA**

**IEDA PALHETA MORAES**

**MULHERES DA HORTA:** um estudo sobre os impactos causados pelo “lixão” em uma comunidade de agricultura familiar no Uriboça, Marituba, Pará.

**ANANINDEUA/PA  
2019**

**IEDA PALHETA MORAES**

**MULHERES DA HORTA:** um estudo sobre os impactos causados pelo “lixão” em uma comunidade de agricultura familiar no Uriboça, Marituba, Pará.

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea apresentado à Universidade Federal do Pará, campus Ananindeua, como requisito final para a obtenção do título de Especialista em História Agrária da Amazônia Contemporânea, sob orientação do Professor Dr. Thiago Broni de Mesquita.

**ANANINDEUA/PA  
2019**

**IEDA PALHETA MORAES**

**MULHERES DA HORTA:** um estudo sobre os impactos causados pelo “lixão” em uma comunidade de agricultura familiar no Uriboca, Marituba, Pará.

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea apresentado à Universidade Federal do Pará, campus Ananindeua.

Conceito final: \_\_\_\_\_

Data da defesa: 04/01/2019

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**ORIENTADOR:** Professor Dr. Thiago Broni de Mesquita.  
UFPA/Campus Ananindeua

---

**BANCA:** Professor Dr. Francivaldo Alves Nunes  
Examinador Interno /UFPA/Campus Ananindeua

---

**BANCA:** Professor Dr. Ramon Pereira dos Reis  
Examinador Externo /UNAMA

---

**BANCA:** Professora Ms. Ana Célia Guedes Barbosa  
Examinador Externo /IFPA/Campus Breves

# MULHERES DA HORTA: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS CAUSADOS PELO “LIXÃO” EM UMA COMUNIDADE DE AGRICULTURA FAMILIAR NO URIBOCA, MARITUBA, PARÁ

*MORAES, Ieda Palheta<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo analisa o contexto sociocultural de mulheres que praticam a agricultura familiar no bairro do Uriboca, município de Marituba, Pará, observando os impactos causados no cotidiano e no trabalho dessas agricultoras a partir da instalação do Aterro Sanitário CPTR Marituba. A pesquisa está centrada na análise de experiências e memória de mulheres que trabalham em hortas com base na agricultura familiar, destacando os seus modos de vida e de trabalho, bem como as formas de legitimação que a empresa REVITA utilizou para instalar o CPTR Marituba. Procurou-se observar as mudanças que ocorreram na paisagem em decorrência da implantação do aterro sanitário, a qual estabelece uma dinâmica de conflitos e de resistência, em especial, no que se refere à perspectiva das agricultoras em relação ao futuro. Metodologicamente, esta pesquisa ancorou-se em entrevistas semiestruturadas, pesquisa bibliográfica sobre a temática em jornais, Atas da Câmara Municipal de Marituba e documentos oficiais da EMATER.

**Palavras-chave:** Mulher. Agricultura Familiar. Paisagem. Memória.

**ABSTRACT:** The article analyzes the socio-cultural context of women who practice family farming in the Uriboca neighborhood, in the municipality of Marituba, in the State of Pará, observing the impacts caused by the CPTR-Marituba sanitary landfill. The research is centered on the analysis of experiences and memory of women working in gardens based on family farming, highlighting their ways of life and work, as well as the forms of legitimation that REVITA used to install CPTR-Marituba. It was sought to observe the changes that occurred in the landscape due to the implementation of the sanitary landfill, which establishes a dynamic of conflicts and resistance, especially with regard to the perspective of the farmer in relation to the future. Methodologically, the work is anchored in semi-structured interviews, bibliographies on the subject, newspapers, Marituba City Council Minutes and EMATER document.

**Keyword:** Woman. Family Farming. Landscape. Memory.

## 1 INTRODUÇÃO

Marcos (2016) pontua que atualmente vivemos sob a lógica de um discurso onde se afirma que o capitalismo impera em todo canto e que todos estamos plenamente integrados a ele. Segundo essa visão todos estão inseridos no mercado da mesma forma e produzem com o mesmo grau de mecanização e tecnificação, entretanto, para a autora, esse discurso busca esconder a existência de uma questão agrária que implica em si contradições que descabam em conflitos, contraposição aos modelos de mercado e práticas produtivas, resistências e persistências.

O presente trabalho adentra tais questões ao evidenciar o cotidiano de mulheres agricultoras que sobrevivem e resistem no bairro do Uriboca<sup>2</sup>, no município de Marituba,

---

<sup>1</sup> Professora da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Discente do curso de Especialização em História Agrária na Amazônia Contemporânea (UFPA).

<sup>2</sup> O Uriboca é um dos bairros mais antigos de Marituba, no entanto, neste artigo, ele será referenciado como comunidade rural, conforme documento da EMATER (2017).

Região Metropolitana de Belém (RMB), onde no ano de 2015 se instalou a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos de Marituba (CPTR Marituba).

O local onde foi instalado e atualmente funciona o projeto da CPTR Marituba possui uma área total de 100 ha, sendo que foram utilizados 22 ha para a compostagem do lixo. Estava prevista a instalação de estruturas diversas no empreendimento, como um sistema de tratamento de percolado<sup>3</sup>, uma unidade de tratamento de biogás<sup>4</sup> e o aterro sanitário<sup>5</sup>, no qual deveria funcionar um centro de triagem para separação do lixo reciclável do orgânico<sup>6</sup>.

Nessa mesma área vivem mulheres que desenvolvem agricultura familiar, valem ressaltar que, durante muito tempo, as mulheres se restringiam à colheita, ao plantio e aos cuidados com o plantio, entretanto, cada vez mais, elas vêm ganhando papéis de destaque na implementação de processos produtivos, questão abordada por Pastorio e Roesler (2014):

Destaca-se que apesar das “mudanças ocorridas ainda permanecem relações desiguais de poder que se expressam no campo afetivo, econômico e político”. (Brasil, 2005, p. 17). Essa realidade, contudo começa a se diferenciar com a luta das mulheres em geral e das mulheres do campo para a criação de políticas públicas que as coloquem em condições de igualdade de direitos. (PASTORIO; ROESLER, 2014, p. 4).

As mulheres agricultoras que serão analisadas nesse artigo estão relacionadas a um universo específico e multifacetado da agricultura familiar. Para Guanzirolí et al. (2009), tal universo é permeado por diferenças do ponto de vista econômico, social e cultural e seus sujeitos não são uma categoria estanque, imóvel e isolada, ao contrário, eles sofrem processos de acumulação de capital, descapitalização e tem suas relações sociais como resultado das dinâmicas nas quais se inserem, dinâmicas que vão para além da questão da luta pela terra.

Assim, segundo Pessanha (2005), compreende-se tais dinâmicas dentro do universo da agricultura familiar a partir das formas de organização da produção em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas e, conforme Silva (2009), a relação gerada entre a terra, o trabalho e a família não é igual em todos os lugares, pois possui suas especificidades e diferenciações regionais ou locais.

No Pará, por exemplo, a Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) identificou tais questões em estudos realizados em Marituba, no qual apontam as potencialidades de crescimento no aspecto ambiental, associadas a abundância de recursos

---

<sup>3</sup> Sistema de tratamento do chorume, quando ele passa por um filtro para purificá-lo ou para que lhe sejam retiradas (certas) substâncias.

<sup>4</sup> O biogás se obtém através do processo anaeróbio é constituído por 50 a 70% de metano e cerca de 30 a 40% de dióxido de carbono.

<sup>5</sup> <http://www.diarioonline.com.br/noticia-188359-.html> .

<sup>6</sup> <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/07/lixo-de-belem-e-depositado-no-novo-aterro-sanitario-em-marituba.html>

hídricos nas propriedades, questão da recuperação do solo, o controle de queimadas<sup>7</sup>, entre outras. Contudo, existem algumas questões que dificultam o desenvolvimento agrícola do município a exemplo de pouca orientação e fiscalização sanitária e ambiental, o baixo desenvolvimento de ações de cuidado e preservação das nascentes, melhoras no cuidado no descarte do lixo<sup>8</sup>, e é nesse contexto que se encontram as mulheres que desenvolvem agricultura familiar no bairro do Uriboca.

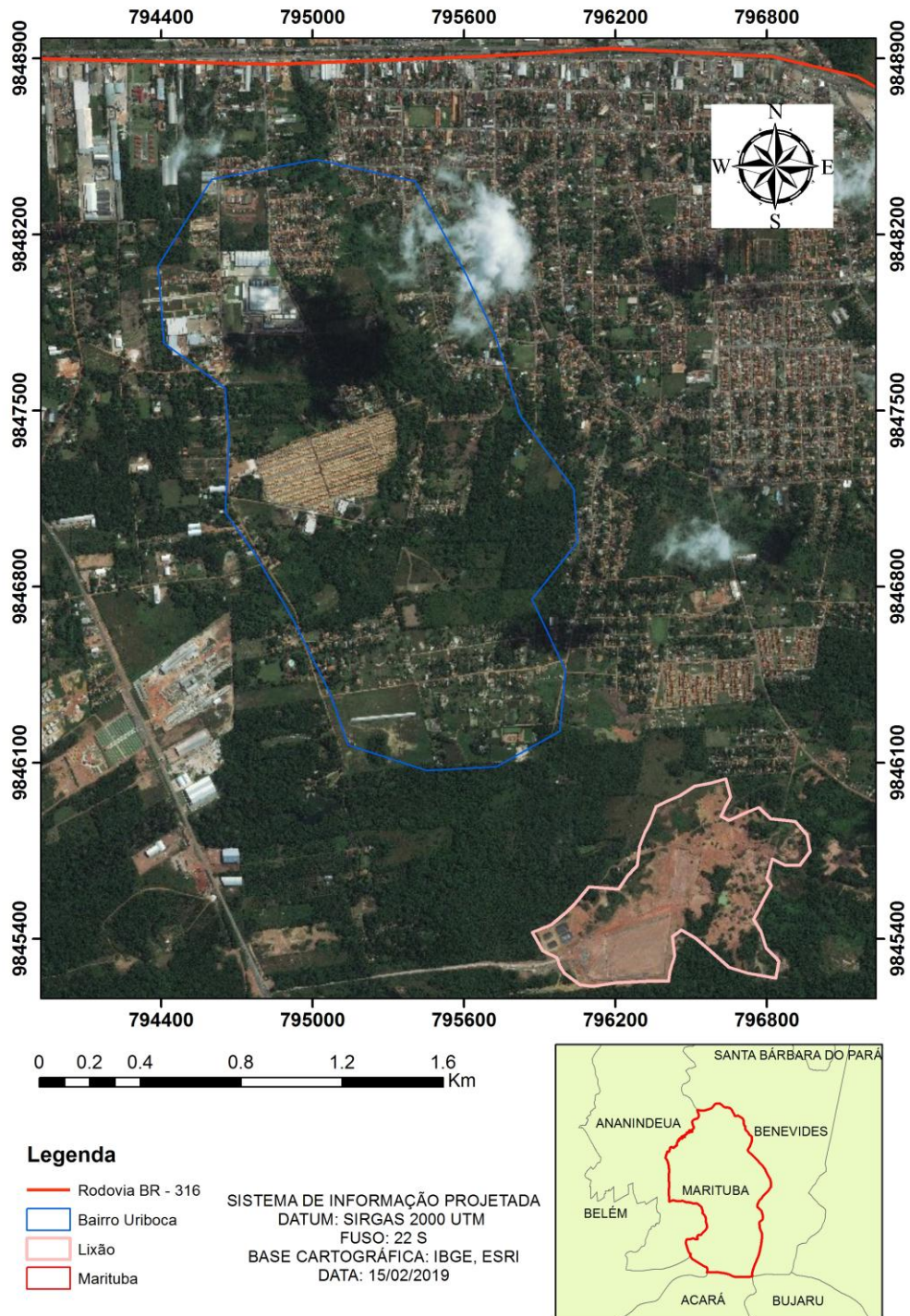
Atualmente, de acordo com dados da EMATER, Marituba é um dos menores municípios do Pará em extensão territorial e abrange uma área de 103,279 km<sup>2</sup>, sua emancipação política é recente, data do ano de 1994, por meio da Lei Estadual n. 5.857/94. Sua população era de 120 mil habitantes em 2014, o que lhe conferia a terceira maior taxa de densidade demográfica do Pará, com 443,24 habitantes por quilometro quadrado. O município possui cerca de 249 unidades produtivas de agricultura familiar distribuídos em 15 comunidades rurais, entre elas está o Uriboca, onde foi realizada a pesquisa de campo apresentada neste artigo.

---

<sup>7</sup> EMATER – PROATER MUNICIPAL de 2017. Escritório Local de Marituba Regional das Ilhas. Marituba – Pará (2016, p. 8).

<sup>8</sup> Id.

Mapa 1 – Localização do Uriboca



Elaboração: Wellington Felix, 2019

A representação cartográfica acima foi utilizada como referência para localização, em linha reta, do bairro do Uriboca situado no km 9 da Rodovia BR-316, distanciando-se cerca de 3.464 km da rodovia. O “lixão” de Marituba distancia-se cerca de 642,35 metros das comunidades rurais do bairro. Essa proximidade entre o Uriboca, que possui um conteúdo rural, com área mais urbanizadas do município de Marituba e com a rodovia BR-316 tornou-

se um problema para as agricultoras, uma vez que a falta de definição se a localidade pertence a uma zona rural ou urbana dificulta a obtenção de melhoria da infraestrutura do bairro, o acesso a crédito rural e políticas públicas que viabilizem a assistência técnica e melhoria da produção das agricultoras, segundo documento da EMATER.

Parte da pesquisa *in loco* ocorreu no período de 26 de julho a 6 de agosto de 2018 em duas propriedades de agricultura familiar do Uriboca, onde foram realizadas entrevistas tendo como base os pressupostos metodológicos da História Oral, o que, segundo Portelli (2006), não são mais do que uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador. Entrevistou-se quatro mulheres e três homens, perfazendo um total de seis horas de entrevistas.

Utilizou-se também, além das entrevistas, Atas da Câmara Municipal de Marituba, documentos da EMATER e notícias veiculadas em jornais de grande circulação no Pará e em blogs. A bibliografia dá ênfase a temas que abordam a história de luta das mulheres destacando as que trabalham na agricultura familiar.

Cabe destacar que ao trabalhar a História, se pode utilizar muitos tipos de fonte, entretanto, a História Oral, ao contrário da maioria das fontes históricas, são fontes construídas a partir de uma relação dialógica entre o entrevistador e o entrevistado (PORTELLI, 2016) e, nesse sentido, é importante que o entrevistador compreenda esse conceito dialógico da História Oral, tendo em mente a produção dessa fonte é uma arte da escuta.

Quando se chegou à comunidade do Uriboca já havia um roteiro para entrevista, no entanto, ao ouvir os relatos e histórias de vida das agricultoras, percebeu-se que uma entrevista em nenhum momento será algo circunscrito ao questionário que, apesar da sua estrutura e pesquisa anterior, jamais será capaz de permitir conhecer a totalidade ou parte da essência daquelas mulheres.

Do ponto de vista de uma história tradicional, existem algumas objeções a respeito da confiabilidade das narrativas, uma vez que a memória é seletiva e subjetiva e pode ocorrer distorções dos fatos. No entanto, isso também pode ocorrer em outros tipos de fontes. A tarefa do historiador é fazer o cruzamento das informações com outros tipos de fontes para verificar a veracidade dos fatos (PORTELLI, 2016).

Assim, propõem-se duas questões-problema: Quais os impactos na vida e no trabalho das mulheres que praticam agricultura familiar no Uriboca após a instalação do CPTR Marituba? Quais as estratégias encontradas por elas para prosseguirem com a sua produção agrícola e continuarem a viver nessa localidade?

Este artigo está dividido em dois eixos, no primeiro analisa-se o processo de implantação da CPTR Marituba e as transformações na paisagem que ele causou ao longo dos últimos anos, observando também as formas de legitimação que a empresa REVITA utilizou para estabelecer a CPTR em Marituba. Para este tópico, empregou-se documentos oficiais da EMATER e a análise de jornais e blogs do período.

No segundo momento, destaca-se o cotidiano do trabalho das mulheres agricultoras do Uriboca e suas memórias. Observou-se as perspectivas para o futuro após a instalação do aterro sanitário CPTR Marituba, ademais se buscou registrar histórias e trajetórias de vida de mulheres agricultoras, procurando perceber quais as dificuldades e os desafios enfrentados por elas. Para a composição deste tópico utilizou-se jornais e blogs, como fontes secundárias; e como fonte principal, entrevistas semiestruturadas.

## **2 A INVENÇÃO DO “LIXÃO” DE MARITUBA: E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DO URIBOCA/MARITUBA**

*Marituba parece ser a escolhida para sede do lixo, não me importo. Se viabilizar um grande transtorno, tem de ser pensado para Marituba não ser prejudicada. (Bertoldo Couto, Prefeito de Marituba entre 2009-2012) (FONTES; MESQUITA, 2011, p. 12).*

O trecho acima foi proferido pelo então Prefeito de Marituba, Bertoldo Couto, em um evento realizado pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (FAMEP), no ano de 2011. O evento contou com a participação de autoridades municipais e de todos os prefeitos dos municípios da RMB, na época administrados por Duciomar Costa (Belém), Helder Barbalho (Ananindeua), Bertoldo Couto (Marituba), José Begot (Vice-prefeito e prefeito em exercício de Benevides) e Mário Kató (Santa Izabel do Pará).

Um dos principais temas debatidos no evento foi a questão da destinação dos resíduos sólidos da RMB, muito em função da legislação sobre resíduos sólidos que havia sido aprovada no Congresso Nacional por meio da Lei n. 12.305, de 2 de agosto 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Entre os prefeitos, a questão era consenso: a de que deveria ser tomada uma decisão conjunta em relação ao Aterro Sanitário do Aurá, que segundo o então prefeito de Ananindeua a época recebia todas as “1,8 toneladas de lixo” da RMB, segundo o Prefeito:

*Se não cumprirmos com o nosso papel, vamos ser julgados e apenados por não termos, no nosso momento, contribuído para que as gerações próximas e muito próximas, possam entrar em colapso, não tendo mais para onde destinarem os resíduos sólidos produzidos diariamente em nossa região metropolitana. (FONTES; MESQUITA, 2011, p. 14).*

Duciomar Costa, Mário Kató, José Begot e outras autoridades presentes corroboraram com a fala de Helder Barbalho e desde então já se discutia o fato de que receber o lixo de outros municípios poderia ocasionar rebelião entre a população local, conforme defendeu Marió Kató, então prefeito de Santa Izabel do Pará, para ele deveria haver uma política de compensação ambiental em relação à questão.

As autoridades presentes decidiram que deveria ser criado um *Plano Diretor de Resíduos Sólidos* e um consórcio entre os municípios para a elaboração de um Plano Integrado Metropolitano de Resíduos Sólidos<sup>9</sup>, com a finalidade de estabelecer metas e propostas que deveriam ser debatidas com a população e apresentadas aos governos estadual e federal.

O Seminário Regional para o Desenvolvimento Integrado, organizado pela FAMEP, talvez tenha sido o primeiro evento que conseguiu reunir não somente os então chefes dos poderes executivos municipais, mas também importantes autoridades com poder de decisão na área, que em um curto espaço de tempo se consolidou com a implantação da CPTR Marituba.

Sabe-se que um dos maiores problemas da modernidade é o descarte dos resíduos sólidos urbanos, além da falta de políticas que cumpram a legislação para a destinação desses resíduos sólidos e a pouca participação popular nas discussões sobre ele, isso se deve à dificuldade da implantação de um formato para a gestão e gerenciamento, como também a escolha de espaços para o funcionamento dos aterros sanitários (VASCONCELOS JR.; CORRÊA, 2017, p. 1).

A Lei n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto n. 7404/2010 dispõe que:

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos<sup>10</sup>.

No Aurá, bairro do município de Ananindeua, funcionou um aterro sanitário no qual eram destinados os resíduos sólidos da RMB, conforme destacado anteriormente, entretanto, este aterro não chegou a atender aos requisitos ambientais que competem a um aterro sanitário, sendo ao longo de sua existência um lugar extremamente insalubre e com um fluxo de depósito de lixo superior ao da sua capacidade de armazenamento. Assim, sob os auspícios

---

<sup>9</sup> Id., p. 17.

<sup>10</sup> BRASIL. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos na Lei n.12.305, de 2 de agosto de 2010.

da nova legislação, ele teria um prazo para se adaptar e obedecer às novas regras, o que era inviável e acabou por ocasionar o debate sobre a “invenção” de um “lixão” no município de Marituba, o que foi defendido pelo chefe do poder Executivo municipal na época. Nascia assim um grande problema para os gestores municipais: como garantir a coleta e o depósito de resíduos sólidos da RMB e atender as disposições legais da Lei n. 12.305/2010?

É interessante destacar que a FAMEP, na época, era presidida pelo então Prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho, e conforme frisamos anteriormente, era de interesse comum que os municípios criassem um consórcio para solucionar a questão da destinação dos resíduos sólidos. Chegou-se ao consenso de que cada município trabalhasse de acordo com sua necessidade e disponibilidade e que o consórcio seria responsável pelo destino final dos resíduos sólidos, além disso, ele seria responsável pela implementação de ações e projetos que visassem à educação socioambiental e reciclagem de lixo em cada município.

Como uma continuidade dos debates iniciados em 2011, a FAMEP realizou novo evento para a assinatura de uma carta compromisso entre os representantes das cidades que fazem parte da RMB<sup>11</sup>, no entanto, faltava apenas decidir o local onde seria implantado o novo aterro sanitário.

No mesmo período em que os municípios que compõem a RMB discutiam possíveis locais para a instalação do novo aterro sanitário, o município de Marituba passava por um pleito municipal conturbado. Da eleição que ocorreu em 2012, saíram como vencedores Mário Henrique de Lima Bísaro (PSD) e como vice, Elivan Campos Faustino, do PMDB, os quais não puderam assumir o cargo por pendências na Justiça Eleitoral referentes ao ano de 2008<sup>12</sup>.

De forma interina, a gestão foi assumida por Wildson de Araújo Melo, vereador e presidente da Câmara Municipal, que também foi afastado do cargo em maio de 2013 pela Justiça Eleitoral, por envolvimento em fraude eleitoral e compra de votos. Francisco Besteiro, vereador de Marituba, foi eleito pela Câmara para governar de forma interina o município até realização de novo pleito eleitoral<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> O tema do novo seminário *Soluções sustentáveis para os resíduos sólidos da região metropolitana*, esse evento ocorreu em Belém. Para saber mais: <http://raizesdoananin.blogspot.com/2011/03/famep-discute-destino-final-do-lixo.html>.

<sup>12</sup> Para saber mais ver site: <http://www.diarioonline.com.br/noticia-244386-prefeito-interino-de-marituba-tem-mandato-cassado.html>.

<sup>13</sup> Para saber mais ver site: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/05/francisco-besteiro-e-eleito-novo-prefeito-interino-de-marituba-pa.html>.

E quando se acreditava que o infundável pleito de 2012 seria concluído com a vitória de Elivan Faustino<sup>14</sup>, surgiu uma nova decisão judicial expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) validando o resultado das eleições de 2012.

Em um curto período, Marituba teve quatro prefeitos sem governabilidade de fato, em meio a tantas trocas de gestor municipal, os problemas emergenciais da cidade acabaram ficando em segundo plano, como a questão do descarte do lixo, que desde 2010 já acumulava discussões sobre o tema. Com a instabilidade decisória que Marituba vivenciou e em uma conjuntura metropolitana de decisões políticas, Marituba acabou por ser escolhida para sediar o novo aterro sanitário CPTR Marituba<sup>15</sup>.

Em 5 de junho de 2015<sup>16</sup>, o Aterro Sanitário do Aurá foi desativado, e 20 dias depois, foi inaugurado a CPTR Marituba, com a expectativa de que ela funcionasse em conformidade com a legislação, conforme notícias publicadas nos jornais da época, a inauguração ocasionou insatisfação popular<sup>17</sup>.

Entre os anos de 2016 e 2017, protestos contra a CPTR Marituba começaram a ganhar destaque e visavam sensibilizar à população dos municípios da RMB sobre o que estava acontecendo em Marituba (Imagens 2 e 3). Diversos atos foram capitaneados pela população de Marituba que chegou a impedir o tráfego de veículos na Rodovia BR-316 e também a entrada de caminhões de coleta de lixo na porta da empresa, o que ocasionou a inviabilização da coleta de lixo por vários dias na RMB em 2016.

A imagem 2 destaca uma grande manifestação da população de Marituba ironizando os pontos turísticos da cidade: presídio, cemitério e agora um “lixão”. Muitas pessoas que aparecem na imagem estão com máscaras no rosto para destacar o mau cheiro que começou a exalar não só no município, mas nas áreas próximas, como em trechos do município vizinho de Ananindeua após a instalação do aterro sanitário em Marituba.

---

<sup>14</sup> Para saber mais ver site: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/08/elivan-faustino-e-eleito-prefeito-de-marituba.html>.

<sup>15</sup> A empresa Guamá Tratamentos de Resíduos Sólidos, gerenciado pela REVITA Engenharia Sustentável, é a responsável pela operacionalização do Aterro Sanitário em Marituba, essa empresa faz parte do grupo Solví.

<sup>16</sup> Em cumprimento à Lei n. 12. 305/2010.

<sup>17</sup> O local não separava o material reciclável do orgânico como a Prefeitura de Belém havia divulgado e o centro de triagem também não estava pronto. Para saber mais ver: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/07/lixo-de-belem-e-depositado-no-novo-aterro-sanitario-em-marituba.html>.

**Imagem 2 – Moradores de Marituba protestam contra o “lixão”**



Fonte: Diário do Pará, edição de 12 de abril de 2017

**Imagem 3 – Moradores interditam acesso ao CPTR Marituba**



Fonte: Diário do Pará, edição de 23 de junho de 2017

No entorno da CPTR Marituba podem ser observadas mudanças na paisagem que começaram a ocorrer em virtude da implantação do aterro sanitário. O conceito de Paisagem é cultural, ele está ligado as vivências, ao discurso, ao pensamento das pessoas que dela fazem parte. Assim, a Paisagem aparece como um lugar simbólico, que se faz pela criação de uma unidade visual em que o seu caráter é determinado pela organização de um sistema de significação (COSGROVE 1998 apud BRITTO, 2011, p. 8).

As transformações da paisagem são percebidas pelos sujeitos que a elas atribuem significados. Na imagem 4 é possível perceber tal relação, pois nela observa-se que antes da instalação do CPTR Marituba, existia uma grande cobertura vegetal, e que essa cobertura foi retirada para a construção do aterro sanitário, os moradores do Uriboca utilizavam essa área verde para coletar frutos e com as mudanças, isso não foi mais possível. Outra transformação foi a construção de uma via para dar acesso dos carros de coleta do lixo à área de descarte.

**Imagem 4 – Antes e depois do “lixão”**



Fonte: blog Uruatapera, 2017<sup>18</sup>

Segundo Britto e Ferreira (2011), a Paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza, no entanto, as relações estabelecidas entre o homem e a natureza só podem ser percebidas se for feita uma imersão na paisagem para além do que se pode ver, assim, os seus significados podem são compreendidos.

**Imagem 5 – Vista Panorâmica da CPTR Marituba**



Fonte: O Liberal, 2018

Olhando de uma forma panorâmica, a imagem 5 mostra a grandiosidade do empreendimento que foi instalado no Uriboca, ou seja, 100 ha de área verde que foram retirados para a construção de um espaço de descarte de lixo. Pode-se observar pela imagem a abertura de “piscinas” para a compostagem do lixo, o material utilizado para forrá-las é um

<sup>18</sup> Para saber mais ver: <http://uruatapera.blogspot.com/2017/03/lixao-de-marituba-pode-ser-desativado.html> acessado em 09 nov. 2018.

tipo de lona. Como um empreendimento como esse poderia possuir autorização para funcionar próximo a áreas de nascentes de rios e em uma área de proteção ambiental?

A empresa realizou um estudo da área mostrando possíveis locais para a instalação do aterro sanitário, dentre os sete possíveis locais, cinco estavam em Marituba, os documentos apresentados pela empresa indicavam que o local selecionado possuía condições para receber a CPTR Marituba.

Antes de aprovar a instalação do aterro sanitário, o Ministério Público Estadual (MPE) identificou algumas deficiências na análise de alternativas para a escolha do local, entre as quais estavam as normas ambientais<sup>19</sup> que estabelecem que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve contemplar todas alternativas tecnológicas e de localização do projeto, considerando inclusive a hipótese da não realização do projeto<sup>20</sup>.

Diante dessa possibilidade, o MPE solicitou a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), a realização de audiências públicas, com o objetivo de fomentar o debate entre empresa e sociedade, assim, as autoridades e sociedade civil poderiam discutir as propostas e os problemas que poderiam ser gerados a partir da instalação de um empreendimento como esse. As audiências ocorreram entre junho de 2011 a março de 2012 nas cidades que fazem parte da RMB<sup>21</sup>.

As audiências públicas realizadas pelo MPE, segundo a população, não se configuraram como espaço de amplo debate sobre o assunto, uma vez que grande parte das pessoas e, principalmente, das agricultoras que foram afetadas pela CPTR Marituba não tiveram acesso aos meios que foram divulgadas as audiências, deslegitimando socialmente a representatividade das agricultoras no processo.

Entretanto, o MPE conferiu legitimidade “institucionalmente” viabilizando a implantação da empresa em Marituba quando indicou que todos os requisitos legais para aquisição da licença ambiental pela REVITA foram cumpridos pela empresa, mostrando também que o MPE acompanhou todo o processo desde o início até a inauguração, ratificando a regularidade no processo de licenciamento ambiental<sup>22</sup>.

E como ficaria a situação das produtoras agrícolas que vivem e trabalham nas imediações da CPTR Marituba? Como deveria ser a relação das agricultoras e a empresa? Elas passaram a temer não só pela saúde de sua família, mas principalmente pela qualidade das hortaliças produzidas em suas propriedades. Sobre essas questões se sobrepôs o poder da

---

<sup>19</sup> Referente ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

<sup>20</sup> Para saber mais ver: <http://www.diarioonline.com.br/noticia-188359-.html>

<sup>21</sup> Para saber mais ver: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/07/audiencia-publica-debate-instalacao-de-aterro-sanitario-em-marituba-no-pa.html>

<sup>22</sup> Para saber mais ver: <http://www.agenciabelem.com.br/Noticia/114136/pmb-participa-de-audiencia-publica-sobre-nova-destinacao-do-lixo-da-regiao-metropolitana>

empresa que se traduziu na rápida consolidação de uma paisagem que expressa tal poder, o poder do capital transforma o espaço, as relações sociais, culturais e econômicas.

### **3 MULHER, TRABALHO E MEMÓRIA: RESISTÊNCIA NO URIBOCA/MARITUBA**

Ao longo desse artigo procurou-se mostrar como a implantação da CPTR Marituba ocasionou impactos socioambientais no município de Marituba, em especial, no bairro do Uriboça, onde vivem sujeitos sociais que historicamente ocuparam aquele lugar tendo por base o trabalho junto à agricultura familiar.

A primeira agricultora entrevistada foi dona Maria Lúcia, que trabalha em uma propriedade familiar<sup>23</sup>, local onde reside e mantém a plantação de hortaliças em uma pequena horta, vale destacar que nesse espaço também estão as casas e as hortas de seus parentes.

O pai de dona Maria Lúcia nasceu na comunidade de remanescentes de quilombo do Abacatal<sup>24</sup>, entretanto, com o passar do tempo, levou sua família para morar no Uriboça, em Marituba, onde se estabeleceram, sobrevivendo da renda que obtinham com a venda de produtos oriundos das suas roças de mandioca com a produção de farinha. Quando seu pai faleceu, a propriedade<sup>25</sup> passou a ser administrada pelo filho, Luís Gonzaga<sup>26</sup>:

(...) esse terreno sempre foi do meu pai, né?! aí meu pai foi falecido e aí ficou só nós, o terreno tá no nome do meu irmão (...), cada um tem suas casas, pra aculá (sic) são as hortas, todo mundo trabalha aqui, cada qual é responsável pelo seu pedacinho. (...) (Entrevista concedida por Maria Lúcia à autora, em dia 26 de julho de 2018).

Em uma sociedade onde ainda prevalecem os valores patriarcais, a propriedade familiar em que de dona Maria Lúcia vive foi entregue para seu Luiz Gonzaga, mesmo ele não sendo o mais velho entre os irmãos, mas a visão que prevaleceu foi de que o homem que deveria administrar os negócios da família, no entanto, a propriedade ao ser dividida entre os irmãos, a maioria tanto das casas como das hortas passaram a ser cuidadas e administradas pelas mulheres da família, mostrando que, na prática, a ideia que se poderia ter de fragilidade ou de dependência não se sustenta.

<sup>23</sup> Propriedade familiar/módulo rural “o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com ajuda de terceiros” (BRASIL, 1964, Art. 4º alínea II e III).

<sup>24</sup> A Comunidade de remanescente de quilombolas Abacatal está localizada na estrada do Aurá na zona rural de Ananindeua/PA. Fonte:

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/94/PROTOCOLO%20ABACATAL.pdf>.

<sup>25</sup> Segundo os entrevistados, eles possuem título de posse da propriedade, no entanto, não tivemos acesso a essa documentação.

<sup>26</sup> O irmão de dona Maria Lúcia é quem ficou responsável pela documentação do terreno, onde vive grande parte da família Silva.

Tal questão vai de encontro aos estudos de Pinto (2012), quando analisa a história, memória e poder feminino em povoados amazônicos tendo por base a História Oral, mediante relatos orais e histórias de vida, e no cruzamento de documentos escritos demonstrando as relações sociais de gênero em povoações remanescentes de antigos quilombolas na região do Tocantins, no Pará. Segundo a autora:

As experiências históricas das mulheres da região tocantina nos seus povoados inter cruzam-se com aquelas da escravidão e dos quilombos. São mulheres que não se encontram nos "bastidores da história", pelo contrário, sempre demonstraram, através de suas estratégias e das experiências de suas ancestrais que foram sujeitos no processo histórico e nele executaram e executam papéis de destaque, quando se transformam em personagens capazes de construir tanto a história dos seus povoados como de sua própria existência. A própria tradição oral local vem revelando, através da memória, mulheres que desmentiram as ideias de "fragilidade," "submissão" e "dependência." (PINTO, 2012, p. 6).

A história da construção da mulher como um ser político se iniciou a partir do século XIX, com o advento da Revolução Industrial e as reivindicações das mulheres em busca de seus direitos. Contudo, as demandas que se estabeleceram ao longo desta história não foram iguais, uma vez que as histórias de vidas das mulheres são diferentes.

A mulher negra, por exemplo, no mesmo período do século XIX, nos Estados Unidos, não estava em busca apenas de direitos, lutava pela sua sobrevivência:

Ao contrário da maior parte das mulheres brancas defensoras de direitos, Sojourner Truth pode referir-se à sua própria experiência de vida pessoal como evidência da capacidade da mulher para funcionar como um pai; em ser igual ao homem no trabalho; em suportar a perseguição, o abuso físico, a violação, a tortura e não apenas sobreviver. (HOOKS, 2014, p.115).

A existência do ser mulher e sua afirmação como um sujeito possui uma trajetória de lutas, no caso das mulheres negras, como vimos acima, suas pautas de lutas não eram apenas contra o racismo, que a desconstruía como pessoa, elas realizavam as mesmas tarefas que os homens como pai e provedoras de suas casas, mesmo trabalhando igual a eles, ainda sim eram discriminadas, abusadas e torturadas, tendo que lutar constantemente para encontrar um espaço na sociedade.

As mulheres presentes neste artigo não exercem o papel social que foi construído ao longo do tempo para as mulheres brancas vistas como a esposa, a mãe, a mulher do lar que deveria ser amada, respeitada e admirada. As mulheres deste artigo são agricultoras, trabalhadoras rurais, com descendência de remanescentes de quilombolas, mesmo que elas não se afirmem como tal, elas vivenciam uma vida de trabalho, com jornadas triplicadas como trabalhadoras, chefes de família e mães. Essas agricultoras ainda precisam disputar o espaço político e social de produção com os homens.

**Imagem 6 –Horta da Dona Maria Lúcia**



Foto: Ieda Palheta, 2018

A agricultora Maria Lúcia, citada anteriormente, cultiva em sua horta cheiro-verde, alface e jambu, podemos perceber que o sistema de irrigação sua horta é realizado manualmente, pela falta de equipamentos técnicos mais sofisticados para irrigar (Imagem 6).

Também se pode observar um tipo de trabalho individualizado, em que mulheres são as responsáveis pelo cultivo, organização e administração de sua pequena produção de hortaliças. Segundo a entrevistada, em períodos de ceifa, quando a produção é maior, alguns membros de suas famílias como o marido, os filhos, as noras, os genros, os sobrinhos etc. as ajudam na colheita:

(...) a gente planta mesmo cada um faz o seu canteiro (...) É assim cada um de manhã vem para sua horta, faz os seus pedacinhos, quando é a tarde volta de novo, trabalha ai quando tem muita verdura pra tirar a gente chama outras pessoas pra ajudar a gente. (Entrevista concedida por Maria Lúcia em 26 de julho de 2018).

Nas quinze comunidades rurais de Marituba, a economia está centrada principalmente em torno da agricultura familiar, a qual se destacam atividades variadas, como olericultura convencional, piscicultura, transição para orgânico, hidropônica (alface), fruticultura, floricultura, plantas ornamentais e medicinais (EMATER, 2016).

A horticultura é a principal forma de obtenção de renda, sendo que existem muitas famílias que sobrevivem apenas dos ganhos de suas hortas. Essa produção é realizada o ano

todo, contudo, no verão, a produção possui um desenvolvimento mais rápido, o cheiro-verde, por exemplo, pode ser colhido de 8 a 15 dias, já no período do inverno, as agricultoras precisam fazer uma cobertura com plástico para evitar o encharcamento dos canteiros (Imagem 7), caso contrário, as verduras não se desenvolveriam de modo adequado e isso pode encarecer o preço do produto<sup>27</sup>.

**Imagem 7 – Cobertura de proteção das verduras**



Foto: Ieda Palheta, 2018

A maioria das mulheres que conversamos, trabalha com hortaliças, porém, encontramos uma mulher que cultiva plantas medicinais e plantas ornamentais. Na imagem 8, dona Olinda está em frente de um pé de alecrim, segundo ela, a planta tem funções curativas, podendo ser usado para aliviar dores musculares, auxilia o crescimento capilar, pode melhorar a memória, pode ser usado como tempero.

**Imagem 8 – Dona Olinda em frente a seu pé de alecrim**



Foto: Ieda Palheta, 2018

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Maria Lúcia no dia 26 de julho de 2018.

Dona Olinda é agricultora e irmã de dona Maria Lúcia. Ela também reside na propriedade rural da família Silva, é lá que cultiva seus “matos”, como ela chama as plantas medicinais. Essa mulher desenvolve o trabalho com agricultura desde sua infância:

(...) olha, quando era mais novinha eu trabalhava muito, tirava pedra, fazia roça, capinava quintal, plantava, mesmo com os meus 78 anos, se precisar ainda hoje eu capino meu terreiro<sup>28</sup>, só não sei ficar parada. Me convidaram para ir para o centro da terceira idade eu não quis não, se não minha horta ia cair muito”. (Entrevista concedida por dona Olinda no dia 31 de julho de 2018).

Ao longo da história, a mulher branca esteve vinculada aos papéis de mãe, esposa e cuidadora, fruto de uma construção social. Essas mulheres, de uma maneira geral, não eram valorizadas se não estivessem vinculadas as tarefas domésticas.

Dona Olinda, não é uma dessas mulheres brancas mencionadas acima, nas memórias que tem de sua infância, ela diz não recordar de ter trabalhado em outro tipo de atividade que provesse o sustento de sua casa que não fosse à agricultura. Casou-se três vezes, teve sete filhos, mas sua realização é quando está trabalhando no seu canteiro tendo contato com seus “matos”.

Esta agricultora foi adquirindo o conhecimento das propriedades curativas das ervas ao longo do tempo de uma forma empírica. Disse ela que em tempos atrás, conhecia muito “mato”. Hoje, em consequência da seletividade da memória, só cultiva em sua horta algumas ervas:

(...) olha quando eu estava com o pai dos meus filhos eu conhecia muito mato, mas hoje já com a idade eu fui me esquecendo, mas eu ainda sei muitos. Na minha horta tem a oriza, o manjerição, a catinga de mulata, a arruda, a japana, o esturaque, o cravo, o alecrim e o mastruz. (Entrevista concedida por dona Olinda no dia 31 de julho de 2018).

Dona Olinda não utiliza seu conhecimento apenas como uma forma de complementar sua renda pela venda de seus “matos”, a comunidade do Uriboca é muito carente de políticas públicas, existe apenas um posto de saúde no bairro, mas não é suficiente para atender as demandas desse bairro, assim quando as pessoas precisam de um remédio, vão até a casa dela em busca de um “mato” para fazer um remédio caseiro e curar sua enfermidade.

É importante destacar que os ganhos com o cultivo das hortas são relativamente baixos, cada maço de cheiro verde, ou de mastruz, ou de alface, ou das plantas medicinais, por exemplo, custa em média R\$ 1,00 (um real), assim se elas colherem trinta maços de cada produto irão ganhar apenas R\$ 30,00 (trinta reais). Contudo, elas têm que pagar as despesas com o transporte, com a compra de sementes e adubo, o que acaba reduzindo sua margem de

<sup>28</sup> Forma que ela se refere ao seu quintal.

lucro. Considerando as limitações que cada uma delas pode enfrentar a cada mês, as agricultoras não têm uma grande produção mensal. Dona Olinda, por exemplo, explicou o porquê de colher poucos maços:

(...) o máximo de maço que tiro por semana é 50, primeiro porque eu não dou conta de tirar mais e segundo porque tem muita gente que vende pra ele lá no Ver-o-Peso, também outro problema é que o “mato” tem um tempo de duração, se colher muito e não vender, ele se estraga. (Entrevista concedida por dona Olinda no dia 31 de julho de 2018).

O trabalho na agricultura familiar não é uma tarefa fácil, porém para as mulheres do Uriboca, apesar dos poucos ganhos, veem como vantagem poder trabalhar em sua própria horta, não ter um patrão lhe impondo uma rotina, já que são elas que estabelecem o que vão fazer. O ritmo de trabalho leva sempre em consideração sua relação com a natureza e com a rotina de sua vida cotidiana.

Dessa forma, a vantagem de ser responsável por seu próprio negócio é poder retornar para sua casa e realizar suas tarefas domésticas, ou fazer suas “viagens de rua<sup>29</sup>”. É apenas no final da tarde, quando o sol já está menos intenso, pode-se retornar para o trabalho na horta.

#### Imagem 9 – Canteiros da horta de dona Nazaré



Foto: Ieda Palheta, 2018

É possível perceber na imagem 9, uma cobertura de serragem em um dos canteiros; a serragem tem a função de permitir o descanso do canteiro como uma preparação para ser feito o plantio. Também se pode notar que pelas bordas dos canteiros cultivados, a agricultora fez um aproveitamento das bordas para plantar outros tipos de verduras, como a cebolinha, otimizando todo o espaço cultivável.

<sup>29</sup> Expressão usada para indicar as saídas para resolver problemas cotidianos como pagar as contas.

Dona Nazaré, assim como dona Maria Lúcia e dona Olinda, também vive em uma propriedade rural no Uriboça<sup>30</sup>. Essa propriedade pertence a sua família a mais de setenta anos. A relação que foi estabelecida por eles com o lugar não é simplesmente financeira, de onde são cultivadas as hortas, mas existem também laços afetivos. É onde tem a plantação de o açaí para consumo, criam alguns animais de pequeno porte, as galinhas, os patos. Bem como é onde são evocadas as memórias de seus antepassados.

A memória é constituída por pessoas, personagens, por acontecimentos e por lugares, que agem como um ponto de memória onde são evocadas as lembranças (POLLAK, 1992). Assim, o lugar onde os/as agricultores/as vivem exerce uma relação dialógica, como um lugar de memória que resguarda as lembranças dos/as agricultores/as, e ao mesmo tempo é o espaço onde se desenvolve sua produção.

Dessa forma, em muitos momentos da entrevista foram evocados memórias de quando a esposa de Seu Simão<sup>31</sup> estava viva. Segundo dona Nazaré, ela era uma mulher que cuidava e administrava a horta da família. Ela participava ativamente da Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Abacatal e Uriboça, sendo uma de suas fundadoras, buscava sensibilizar seus vizinhos sobre a importância de se afiliarem na associação.

A minha sogra brigava que só, eu sempre ia com ela, ela foi uma das fundadoras da associação (...) teve um dia que nós ia ser barrado de vender no Ver-o-Peso, não ia mais poder vender lá, só quem era sócia na associação de lá, já pensou ninguém quer perder né, aí nós reclamamos que nós já pagava a associação daqui e ia ficar ruim pagar duas né, com muita briga, eles aceitaram. (Entrevista concedida por dona Nazaré no dia 6 de agosto de 2018).

Assim como dona Nazaré e sua sogra, muitas mulheres que trabalham com hortaliças precisam desempenhar outras funções, como dona de casa, como esposa, como agricultora e como cidadã na defesa de seus direitos de produtora rural. Segundo Sales (2007), o despertar da luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres no campo ocorreu em 1980, e se desenvolveu dentro de uma conjuntura mais ampla a partir de conferências mundiais, essa luta das trabalhadoras rurais abriu caminho para novos espaços políticos, pela busca de direitos, pela participação na previdência social e na política.

No Uriboça, a maioria das hortas é produzida e administrada por mulheres, no entanto, elas ainda não têm acesso as políticas públicas, pois ainda não existe uma forma de organização política que viabilize esse acesso.

---

<sup>30</sup> O terreno que dona Nazaré mora é uma propriedade rural onde vive sua família, também não tivemos acesso a essa documentação que está no nome da filha mais velha do proprietário, seu Simão, e esta não estava presente no dia da entrevista. (Entrevista concedida por dona Nazaré no dia 6 de agosto de 2018).

<sup>31</sup> Sogro de dona Nazaré e o dono da propriedade, o nome de sua esposa não foi mencionado.

Em 1992 foi fundada uma Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Abacatal e Uriboça. A Associação era liderada por homens, mas as mulheres também participavam. No período em que essa entidade existia, as agricultoras tinham acesso à aquisição de sementes, adubos e existia um caminhão que ajudava no transporte das hortaliças até os locais de venda. Contudo, por problemas institucionais e de dívidas, a Associação foi desarticulada. Com isso, a produção também se desarticulou, uma vez que, quando ela estava em funcionamento, existia um sistema de cooperação facilitando a aquisição dos insumos como é mostrado abaixo:

No tempo da associação era bom, tinha benefícios, o caminhão vinha buscar a produção, o adubo a gente comprava mais barato, a Sueli é a única que vende pra gente, quando tinha a associação vinha curso, o pessoal da EMATER vinha também. A Sueli já pensou em fazer um grupo só de mulheres, porque a maioria das pessoas que trabalham com horta aqui, quem está na frente é as mulheres, mas não foi pra frente”. (Entrevista concedida por dona Nazaré no dia 6 de agosto de 2018).

As dificuldades para adquirir as sementes, o adubo e o transporte das hortaliças ainda é um grande desafio para as agricultoras do Uriboça, porém esses não são os únicos problemas que elas precisavam enfrentar, já que, a partir de 2015, as agricultoras, suas famílias e os moradores da área do Uriboça, de modo geral, tiveram que disputar o espaço com o aterro sanitário CPTR Marituba.

No Uriboça, existe uma área de reserva próximo a área do CPTR Marituba. Nessa área, como indicou dona Maria Lúcia, são evocadas memórias de sua infância junto de seus irmãos, logo, devemos entender que a memória não é apenas um fenômeno individual mostrando o que é recordado por uma pessoa, a memória deve ser entendida também como um fenômeno construído coletivamente (HALBWACHS, 1990 apud POLLAK, 1992).

As memórias das pessoas que vivem no Uriboça foram construídas a partir de suas experiências coletivas. A instalação do “lixão” impossibilitou o acesso dessas pessoas à área de reserva, não os permitindo caminhar pelas trilhas de frutas, nadar ou pescar no rio, lhes restando apenas as memórias da infância.

No depoimento de dona Maria Lúcia, podemos notar o controle que o aterro sanitário exerceu sobre a área de reserva:

De primeiro quando nós era pequeno, nós ia lá pra baixo juntar uxi, mari, castanha, ia tomar banho lá no rio, só ia embora quando chovia, então vinha de lá com o saco cheio de fruta. (...), agora não pode mais o meu filho foi preso quando entrou no igarapé pra pescar, vai responder um processo por invasão. (Entrevista concedida por Maria Lúcia no dia 26 de julho de 2018).

O trabalho de agricultura familiar desenvolvido no Uriboca desperta o sentimento de pertencimento nas pessoas que lá vivem. Como já foi observado anteriormente, o depoimento de mulheres que viveram grande parte de suas vidas neste local e estabeleceram uma relação de identidade de trabalhadora do campo, mostra como elas não se imaginam vivendo em outro local, ou realizando outra atividade produtiva que não seja a agricultura. Dona Olinda afirma:

Eu acho bom viver aqui, durante toda minha vida vivi aqui, todo mundo me chama pra ir pra lá, pra aculá, eu não vou, quero ficar aqui (...). Aqui eu vou pra minha horta, cuido dos meus bichos, das minhas galinhas”. (Entrevista concedida por dona Olinda no dia 31 de julho de 2018).

Essa agricultora já poderia deixar de trabalhar, uma vez que está aposentada como agricultora e possui problemas de saúde, além de ter 78 anos e possuir algumas limitações em decorrência de sua idade. No entanto, ela não manifesta o desejo de deixar de cultivar seus “matos”, dentre os motivos destacados por ela, está a necessidade de complementar sua renda mensal, além de possuir uma identidade de agricultora e deixar de trabalhar significaria deixar parte de suas memórias e seus referenciais como pessoa produtiva e mulher do campo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da história, a mulher lutou para ocupar um espaço de reconhecimento perante uma sociedade patriarcal, para as mulheres agricultoras essa tarefa foi ainda mais difícil. Na região do Uriboca, Marituba, Pará, percebe-se que a maioria das hortas são cultivadas e administradas por mulheres, no entanto, elas ainda precisam ultrapassar diversas dificuldades em buscar políticas públicas para a melhora de seu trabalho, assim como a luta para que a legislação de proteção ambiental seja cumprida pelo CPTR Marituba, com a finalidade de proteger suas famílias e suas hortas.

A Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos determinando que até 2014 todas as cidades brasileiras deveriam fechar seus lixões, é nesse contexto que a CPTR Marituba se instala no município de Marituba, Pará.

Em um momento complicado da história política do município, com sucessivas trocas de prefeito sem uma efetiva governabilidade, o aterro sanitário, administrado pela empresa REVITA, entra em funcionamento, contudo, essa instalação acarretou sérios problemas para as agricultoras do Uriboca, não apenas pelos problemas ambientais, mas principalmente pela perda de lugares de memórias onde as agricultoras costumavam realizar práticas cotidianas, como apanhar frutas na área de reserva ou pescar no rio.

Além dessas interferências na vida dessas agricultoras ainda surge a preocupação com a saúde de sua família e das pessoas que consomem seus produtos.

Assim, as mulheres que praticam agricultura familiar no Uriboca enfrentaram e enfrentam muitos desafios para manter suas hortas em funcionamento, elas precisam lutar contra a hegemonia da empresa REVITA, e a ausência de políticas públicas que possam lhe proporcionar desenvolvimento de seu trabalho e garantia de qualidade de vida a elas e suas famílias.

Se o presente artigo faz parte de um passado que não está morto é por ele ainda está sendo escrito. Esse artigo não tem a pretensão de esgotar esse assunto, porque se tem a certeza que muito ainda pode ser discutido, pretendemos contribuir para que as agricultoras do Uriboca possam ser vistas, ouvidas e, por meio dessa visibilidade, também sejam obtidas políticas de incentivo as mulheres do campo a desenvolverem suas atividades produtivas, políticas e socioculturais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasília, DF, 1964.

BRITTO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. **Revista de Geografia**, v. 2, n. 1, 2011.

DOSSE, François. História do tempo presente e Historiografia. In: SARAIVA, R.; LAPUENTE, R.; GANSTER, R.; ORBEN, T.A. (Orgs.). **Diálogos do tempo presente: historiografia e história**. São Paulo: ABEC, 2017.

EMATER-PA. **Proater Municipal de 2017**. Marituba: Escritório Local de Marituba Regional das Ilhas, 2016.

FONTES, E. J. O.; MESQUITA, T. B. (Orgs.) **Seminários regionais para o desenvolvimento integrado**. Belém: FAMEP; Paka Tatu, 2011.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. **Impactos Socioambientais do Aterro Sanitário de Marituba/PA**. 2017. Disponível em: <http://geocartografiadigital.blogspot.com/2017/04/impactos-socioambientais-do-aterro.html>. Acesso em: 11 out. 2018.

HOOKS, Bell. **Ain't I a woman, black woman and feminism**. 1 ed. 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.

MACHADO, Márcia Reis; MURCIA, Fernando Dal-Ri e MACHADO, Márcio André Veras. **Em busca da legitimidade social: relação entre o impacto ambiental da atividade econômica**

das empresas brasileiras e os investimentos no meio ambiente. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza, 2009.

MARCOS, Valéria de. Novas (ou) velhas alternativas para o campo na Amazônia e a questão agrária na atualidade. In: MACEDO, C. O. et al. **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, 2016.

MARTINS SILVA, Juniele. Agricultura Familiar no Brasil: características e estratégias da Comunidade Cruzeiro dos Martírios – Município de Catalão (GO). In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo, 2009. p. 1-28.

NEVES, Delma Pessanha. **Verbetes: Agricultura Familiar**. MOTTA, Marcia (org.). In: Dicionário da Terra. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

PASTÓRIO, Inês Terezinha; ROESLER, Marli Renate Von Borstel. O Papel da Mulher no Processo Produtivo Familiar com Sustentabilidade. In: VI SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLITICAS SOCIAIS, Toledo, 2014. **Anais...** Toledo, 2014.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **História, memória e poder feminino em povoados amazônicos**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL, 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1331847519\\_ARQUIVO\\_PO DERFEMININOEMPOVOADOSAMAZONICOS-Dr.BeneditaCelestedeMoraesPinto.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1331847519_ARQUIVO_PO DERFEMININOEMPOVOADOSAMAZONICOS-Dr.BeneditaCelestedeMoraesPinto.pdf). Acesso em: 3 dez. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social – Transcrição da conferência no CPDOC. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Vozes, 2016.

ROCHA, Ítalo Freitas; PEREIRA, Fabio Neto; LEMOS, Linovaldo Miranda. A paisagem como poder e o poder da paisagem: Um Estudo da Produção e Valorização do Patrimônio em Quissamã/RJ. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, Vitória, 2014. **Anais...** Vitória, 2014.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas Relações e reconhecendo Direitos. Universidade Federal do Ceará. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 15, v. 2, p. 240, maio-agosto 2007.

VASCONCELOS JUNIOR, Moisés Rita e CORRÊA, Rosália do Socorro da Silva. Resíduos Sólidos Urbanos e Sustentabilidade: Desafios da Implantação do Aterro Sanitário de Marituba – Pa. In: 1º Seminário (ERESPP - O ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS (ERESPP- SEMIÁRIDO) Encontro regional, anual promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), Campus de Pau dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2017.

VASCONCELOS JUNIOR, Moisés Rita; SILVA CORRÊA, Rosália do Socorro da. Impactos Socioambientais causados pelo aterro sanitário no município de Marituba-PA. In: II SEMINÁRIO DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL. Florianópolis, 2017. **Anais...** 2017.

### Sites:

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/94/PROTOCOLO%20ABACATAL.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2012/trabalhos/sessao\\_4/sessao\\_4A/05\\_Leandro\\_Conde.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_4/sessao_4A/05_Leandro_Conde.pdf). Acesso em: 30 ago. 2018.

<http://www.meioambiente.ufrn.br/?p=4487>. Acesso em: 30 ago. 2018.

<http://raizesdoanin.blogspot.com/2011/03/famep-discute-destino-final-do-lixo.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

<http://www.diarioonline.com.br/noticia-244386-prefeito-interino-de-marituba-tem-mandato-cassado.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/05/francisco-besteiro-e-eleito-novo-prefeito-interino-de-marituba-pa.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/08/elivan-faustino-e-eleito-prefeito-de-marituba.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/07/lixo-de-belem-e-depositado-no-novo-aterro-sanitario-em-marituba.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

<http://uruatapera.blogspot.com/2017/03/lixao-de-marituba-pode-ser-desativado.html> acessado em 09 nov. 2018.

<http://www.agenciabelem.com.br/Noticia/114136/pmb-participa-de-audiencia-publica-sobre-nova-destinacao-do-lixo-da-regiao-metropolitana>. Acesso em: 30 ago. 2018.

### Entrevistados

**Nome:** Olinda Cordeiro dos Santos.

**Idade:** 78 anos

**Profissão:** Agricultora, cultiva em sua horta plantas medicinais e ornamentais.

**Endereço:** Rua do Uriboca Velho, s/n, moradora do bairro do Uriboca há mais de 50 anos.

**Nome:** Maria Lúcia Santos Lima

**Idade:** 52 anos

**Profissão:** Agricultora, cultiva em sua horta: alface, cheiro verde, couve e jambu.

**Endereço:** Rua do Uriboca Velho, s/n, moradora do bairro do Uriboca há mais de 50 anos.

**Nome:** Sueli Lima, filha de dona Maria Lúcia.

**Idade:** 45 anos

**Profissão:** Agricultora, cultiva em sua horta alface, jambu e cheiro verde e fornece o adubo para os/as outros/as agricultoras.

**Endereço:** Rua do Uriboca Velho, s/n, moradora do bairro do Uriboca desde que nasceu.

**Nome:** Luiz Gonzaga Santos

**Idade:** 59 anos

**Profissão:** Agricultor, cultiva em sua horta cheiro verde, jambu e alface.

**Endereço:** Rua do Uriboca Velho, s/n, moradora do bairro do Uriboca há mais de 50 anos.

**Nome:** Maria de Nazaré de Souza Oliveira

**Idade:** 45 anos

**Profissão:** Agricultora, cultiva em sua horta: alface, cebolinha, cheiro verde, cariru e jambu.

**Endereço:** Rua do Uriboca Velho, s/n, moradora do bairro do Uriboca há mais de 25 anos.

**Nome:** Simão Moreira Barral

**Idade:** 85 anos

**Profissão:** Agricultor aposentado

**Endereço:** Rua do Uriboca Velho, s/n, moradora do bairro do Uriboca há mais de 70 anos.

**Nome:** André Costa Nunes

**Idade:** 79 anos (*In memorian*)

**Profissão:** Comerciante, proprietário do restaurante Terra do Meio

**Endereço:** Rua do Uriboca Velho, s/n.